



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 3215 - CE (2020/0079043-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADOR : JEFFERSON DE PAULA VIANA FILHO - CE018401
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA
INTERES. : MARCELO HENRIQUE BEZERRA RAMOS E OUTROS
ADVOGADOS : MARCIO ALAN MENEZES MOREIRA - CE018728
JULIANNE MELO DOS SANTOS - CE029503

DECISÃO

O ESTADO DO CEARÁ requer a suspensão da decisão do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), que, no Mandado de Segurança n. 0623798-35.2019.8.06.0000, concedeu medida liminar para determinar a nomeação dos impetrantes para o cargo de agente penitenciário na macrorregião 1 (região metropolitana de Fortaleza).

Na origem, os ora interessados impetraram mandado de segurança para impugnar a nomeação, para a região metropolitana de Fortaleza, de candidatos aprovados para macrorregiões no interior do Estado do Ceará, conforme o edital do certame, o que obstará a nomeação dos candidatos aprovados que de fato haviam optado, na inscrição, por concorrer às vagas disponibilizadas na região de Fortaleza.

A liminar foi deferida sob o fundamento de que “o ato administrativo que determina a convocação de candidatos para Macrorregiões **distintas daquelas escolhidas inicialmente**, conforme dispostas no **item 5.4.2 (Tabela 2)** do edital regedor do certame, vulnera o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e da isonomia” (fl. 15).

Daí o presente pedido de contracautela, em que o requerente alega que a Lei n. 9.494/1997 veda a concessão de tutela antecipada que envolva verbas referentes à atividade laboral de servidores públicos, o que impede a nomeação de pessoas para o serviço público com base em decisão judicial precária.

Afirma não ser “**possível a prolação de decisão judicial que determine a nomeação dos candidatos antes do trânsito em julgado da respectiva ação**” (fl. 9).

É o relatório. Decido.

Cabe a suspensão de liminar em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto

interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, não servindo o excepcional instituto como sucedâneo recursal para exame do acerto ou do desacerto da decisão impugnada (art. 4º da Lei n. 8.347/1992).

Frise-se que a lesão ao bem jurídico deve ser grave e iminente, sendo ônus do requerente demonstrar, de modo cabal e preciso, tal aspecto da medida impugnada (STF, SS n. 1.185/PA, relator Ministro Celso de Mello, DJ de 4/8/1998; STJ, AgRg na SLS n. 845/PE, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJe de 23/6/2008).

No caso, o requerente não apresentou elementos concretos para a comprovação da ofensa aos bens tutelados pela legislação de regência, não servindo a tanto o argumento genérico de que a nomeação dos candidatos interessados poderá causar lesão às finanças do Estado.

É indispensável, para a comprovação de grave lesão à economia pública, a demonstração analítica do colapso nas contas, ou seja, da possibilidade de o cumprimento imediato da decisão inviabilizar as funções estatais – dados que deixaram de ser expostos no presente pedido.

Ademais, a questão de fundo levantada pelo requerente – vedação legal da concessão de tutela antecipada que determine a nomeação para o serviço público – é eminentemente jurídica, insuscetível, portanto, de exame na via suspensiva (AgRg na SL n. 116/MG, relator Ministro Edson Vidigal, DJ de 6/12/2004).

Ante o exposto, **indefiro o pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 01 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente